



Prefeitura Municipal de Abelardo Luz Estado de Santa Catarina

CADERNO DE PROVAS

CONCURSO PÚBLICO 001/2011

CARGO: ANALISTA JURÍDICO

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

01 – Além deste caderno, você deverá ter recebido o cartão destinado às respostas das questões formuladas na prova e identificação do candidato. Caso não tenha recebido o cartão, peça-o ao fiscal. Em seguida, verifique se este caderno contém 40 (quarenta) questões. Se não estiver completo, exija outro do fiscal da sala.

02 – Ao receber o cartão respostas e o cartão de identificação, preencha os dados solicitados: nome, RG, cargo, data de nascimento, endereço completo. Após, assine o cartão de identificação.

03 – Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, com cinco alternativas, apresentando como resposta correta somente uma alternativa.

04 – A resposta deve ser assinalada conforme instruções contidas no cartão resposta.

05 – O cartão resposta é **único e insubstituível**, portanto, a marcação é definitiva, não admitindo rasuras.

06 – A duração da prova é de 04 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida, após, transcorrida 01 (uma) hora do início da prova. Os três últimos candidatos a terminar a prova, deverão retirar-se da sala simultaneamente.

07 – Na última página deste caderno, o candidato encontrará uma grade respostas para anotar o seu gabarito. Destaque-a e leve-a consigo.

08 – Quando terminar, entregue ao fiscal o caderno de questões, o cartão de respostas/cartão de identificação, o qual deverá ser assinado pelo candidato.

09 – A tarefa do candidato consiste em analisar o conteúdo de cada questão e assinalar a resposta que julgar correta. A interpretação das questões, bem como das instruções, faz parte da prova.

BOA PROVA!



CONHECIMENTOS GERAIS

PORTUGUÊS

1) Leia o texto sobre o que propõe o Projeto de Lei Antiestrangeirismos:

De acordo com o Projeto de Lei nº 1676, o emprego de estrangeirismos seria restrito e o uso da língua portuguesa por brasileiros nativos, naturalizados e estrangeiros que moram no Brasil há mais de um ano seria obrigatório.

Tal proposta incidiria sobre o que concerne desde a educação até eventos, meios de comunicação e serviços.

Indubitavelmente, o emprego abusivo de estrangeirismos, principalmente quando há um termo correspondente em português, é desnecessário e, portanto, deve ser controlado.

O problema desse projeto é que ele parece esquecer o dinamismo da língua e entendê-la como um conjunto fechado e homogêneo que, como tal, seria insusceptível de mudanças.

Entretanto, o fato de palavras estrangeiras serem incorporadas ao português não implica na desnacionalização, mas enriquecimento lexical, visto que, dessa forma, a língua pode incorporar elementos que não estavam previstos em seu acervo lexical.

Assinale a alternativa incorreta a respeito do texto:

- a) Em determinado momento, o autor posiciona-se contrariamente ao uso de estrangeirismos.
- b) A proposta envolveria desde educação até eventos, meios de comunicação e serviços.
- c) O autor é contrário à proibição do emprego de estrangeirismos. A conclusão do texto indica isso.
- d) O autor é favorável à proibição do emprego de estrangeirismos. A conclusão do texto indica isso.
- e) De acordo com o projeto, o emprego de estrangeirismos seria restrito e o uso da língua portuguesa por brasileiros nativos, naturalizados e estrangeiros que moram no Brasil há mais de um ano seria obrigatório.

2) Paráfrase é a reestruturação de um texto na qual o sentido do texto original é mantido. Com base nesse conceito, assinale a alternativa que parafraseia melhor o parágrafo seguinte:

Praticar exercícios físicos regularmente é um modo eficaz de combater o estresse. Atualmente, muitas empresas investem no bem-estar físico e psicológico de seus funcionários, pois já perceberam que a produtividade dos empregados está diretamente relacionada à qualidade de vida que eles têm.

- a) A produtividade aumenta quando os funcionários praticam esportes.
- b) Empresas se preocupam com o bem-estar dos funcionários.
- c) Atualmente, as empresas promovem competições entre os funcionários estressados, pois o nível de produtividade aumenta quando eles praticam esportes.

d) Visto que a prática regular de atividades físicas melhora a qualidade de vida de qualquer funcionário, combatendo o estresse e aumentando o percentual de produtividade, várias empresas estão investindo na saúde e mental de seus empregados.

e) Nenhuma das alternativas acima é paráfrase.

3) Em qual das alternativas colocaríamos o artigo feminino para todos os substantivos:

a) Sósia, doente, lança-perfume.

b) Dó, telefonema, diabete.

c) Clã, eclipse, pijama.

d) Cal, eclipse, dinamite.

e) Champanha, criança, estudante.

4) Assinale a opção que completa corretamente a frase abaixo:

A solidão é um retiro de _____, mas ninguém vive sempre em trégua, _____ só, _____ o preguiçoso, eternamente em repouso.

a) descanso, tampouco, exceto.

b) descanso, tão pouco, exceto.

c) descanso, tão pouco, esceto.

d) descanso, tão pouco, esceto.

e) descanso, tampouco, exceto.

5) Assinale a alternativa correta quanto ao emprego da concordância e da regência verbal:

a) Fazem anos que não te vejo.

b) Devem haver pessoas honestas lá.

c) João ou Antônio será escolhido para o cargo.

d) Aspiramos um aumento salarial melhor.

e) Custou-o a atender o que eu dizia.

6) Indique a opção em que o substantivo grifado foi corretamente flexionado no plural:

a) As mulheres usavam guardas-chuvas coloridos.

b) É imprescindível a participação dos cidadões nas questões sociopolíticas do país.

c) Nos abaixo-assinados não constava o nome do vereador.

d) Os filmes de Chaplin são verdadeiras obra-primas

e) Os alemãos são governados por uma mulher.

7) Assinale a alternativa correta;

a) Reformam-se motores.

b) Alcançou-se as metas.

c) Precisam-se de digitadores.

- d) Comprou-se terrenos no novo bairro.
e) Necessitam-se de verbas.

8) Assinale a opção em que a lacuna pode ser preenchida por qualquer das formas verbais indicadas entre parênteses:

- a) Um dos meus sonhos _____ viajar pelo mundo. (era, eram)
b) Uma porção de sabiás _____ na laranjeira. (cantava, cantavam)
c) Aqui não _____ os sítios que eu brincava. (existe, existem)
d) Não _____ em minha terra belezas naturais. (falta, faltam)
e) Sou eu que _____ morrer ouvindo o canto do sabiá. (quero, quer)

9) Qual é a alternativa em que a concordância nominal é correta?

- a) Será proibido a entrada dos retardatários.
b) Dado as circunstâncias, retirou-se apressadamente.
c) O governo destinou bastantes recursos para realizar a nova rodovia.
d) Seguem anexo três certidões.
e) Eu mesmo, disse ela, cuidarei de tudo isso.

10) Leia as frases abaixo e assinale a alternativa incorreta quanto ao emprego do sinal indicativo de crase:

- a) Lembre-se de que você deve ir à central de atendimento para fazer o seu registro.
b) Assistirei a uma apresentação às duas horas.
c) Ainda há pessoas no mundo que obedecem às ordens dos tiranos que infernizam à vida de seus semelhantes.
d) Às vezes, começo a pechinchar para não comprar a prazo.
e) Faz três semanas que a diretora foi à Bahia.

MATEMÁTICA

11) Os números x , y e 32 são diretamente proporcionais aos números 40, 72, 128. Determine o valor de $2x + 3y$:

- a) 74.
b) 37.
c) 80.
d) 40.
e) 25.

12) Sabendo que $a + b = 55$, determine a e b na proporção
Dessa forma quanto vale $3a + 2b$?

$$\frac{a}{b} = \frac{4}{7}$$

- a) 100.
b) 110.
c) 120.

- d) 130.
- e) 140.

13) Se $x = 3\ 2000\ 000$ e $y = 0,00002$, então xy vale?

- a) 0,64.
- b) 6,4.
- c) 64.
- d) 640.
- e) 6400.

14) Um homem tem 30 anos. Daqui a 20 anos a sua idade será o dobro da idade de seu filho, logo, a idade atual do filho é:

- a) 10.
- b) 8.
- c) 7.
- d) 6.
- e) 5.

15) De acordo com a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal número 450, de 21 de setembro de 2004, que dispõe sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), a alíquota em relação aos fatos geradores ocorridos nos exercícios financeiros de 2004 a 2007 é de 0,38%. Maria, em outubro de 2004, comprou um imóvel no valor de R\$50.000,00 e emitiu um cheque nesse valor para a pessoa que lhe vendeu o imóvel. O valor debitado da conta de Maria referente à CPMF dessa operação foi:

- a) R\$ 1.900,00.
- b) R\$ 190,00.
- c) R\$ 19,00.
- d) R\$ 1,90.
- e) R\$ 0,19.

ESTUDOS SOCIAIS

16) O município de Abelardo Luz figura entre os maiores produtores de grãos de Santa Catarina. Por essa razão o município é reconhecido como:

- a) Capital Catarinense da Semente de Soja.
- b) Capital Catarinense da Semente de Milho.
- c) Capital Catarinense de Grãos.
- d) Capital Nacional da Produção de Grãos.
- e) Grande Produtor Nacional de Grãos.

17) O primeiro prefeito provisório e o primeiro governante eleito de Abelardo Luz foram respectivamente:

- a) Gerônimo Rodrigues, Maurício Rodrigues da Costa.

- b) Hercílio Pedro da Luz, Maurício Rodrigues da Costa.
- c) Maurício Rodrigues da Costa, Abelardo Luz.
- d) Gerônimo Rodrigues, Abelardo Luz.
- e) Abelardo Luz, Maurício Rodrigues da Costa.

18) "O ProUni - Programa Universidade para Todos tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa"(<http://prouniportal.mec.gov.br>) É oferecido a:

- I. Aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos;
- II. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos;
- III. O ProUni possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência, os convênios de estágio MEC/CAIXA e MEC/FEBRABAN e ainda o FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa.

- a) As afirmativas I e II estão corretas.
- b) As afirmativas II e III estão corretas.
- c) As afirmativas I e III estão corretas.
- d) As afirmativas I e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

19) Os quatro portos marítimos catarinenses – Itajaí, São Francisco do Sul, Imbituba e Navegantes – são bem equipados e mantêm linhas regulares com as principais cidades portuárias do mundo. Juntos, movimentam anualmente cerca de 18 milhões de toneladas. O Porto de Itajaí é o segundo do Brasil (e 13º na América Latina e Caribe) em movimento de contêineres. Em 2008, os portos de Itajaí, São Francisco do Sul e Imbituba movimentaram 14,6 milhões de toneladas (www.santacatarinabrasil.com.br)

O estado catarinense é o maior exportador do país de:

- a) Carvão.
- b) Ostras.
- c) Ovelhas.
- d) Cerâmica.
- e) Frango.

20) O Programa Bolsa Família foi criado para apoiar as famílias mais pobres e garantir a elas o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. O programa visa a inclusão social dessa faixa da população brasileira, por meio da

transferência de renda e da garantia de acesso a serviços essenciais. Em todo o Brasil, mais de 11 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família. (<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/> - 2011) Estudo oficial mostrou que um em cada quatro brasileiros recebe o Bolsa Família. O programa atinge 45,8 milhões de pessoas, considerando filhos, dependentes e cônjuges, correspondendo a 24,2% da população de 189,5 milhões de habitantes. Levantamento feito mostra que metade dos beneficiários diretos não trabalha. O dinheiro é repassado preferencialmente às mulheres. (O Globo 2007)

Tendo os trechos acima como referência inicial e considerando aspectos relevantes da realidade brasileira, considere.

- I. O Bolsa Família é um programa de transferência de renda conduzido pelo governo federal.
- II. Como política pública que presta auxílio financeiro a famílias carentes, estimulando-as a manterem seus filhos na escola. O Bolsa Família é a primeira iniciativa do gênero que o Brasil conheceu.
- III. Cerca de um quarto da população brasileira é beneficiária do Bolsa Família.
- IV. Por imposição legal, o Bolsa Família só repassa dinheiro para mulheres, como mostra o texto.

- a) As afirmativas I e II estão corretas.
- b) As afirmativas II e III estão corretas.
- c) As afirmativas I e III estão corretas.
- d) As afirmativas I e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa **correta**:

- a) Os atos administrativos nulos ficam sujeitos à invalidação somente pelo Poder Judiciário.
- b) Os atos administrativos ilegais são convalidados com sua publicação regular.
- c) Os atos administrativos discricionários praticados por agentes incompetentes podem ser revogados.
- d) A motivação integra a forma do ato administrativo.
- e) Ato administrativo complexo é o que resulta da vontade única de um órgão, mas depende da verificação por parte de outro para se tornar exequível.

22) Contrato administrativo é o ajuste que a Administração Pública firma com particular ou outra entidade administrativa para a consecução de objetivos de interesse público nas condições estabelecidas pela própria Administração. De acordo com disposto na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A declaração de nulidade do contrato administrativo não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que for declarada.

- b) A publicação resumida do instrumento do contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, como condição para sua eficácia, é dispensada nos casos de inexigibilidade de licitação.
- c) A subcontratação, total ou parcial, do objeto do contrato, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, somente são possíveis se expressamente previstas no edital e contrato.
- d) Os contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitado a sessenta meses, podendo, em casos excepcionais, prorrogar por mais doze meses.
- e) Com as devidas justificativas, os contratos poderão ser alterados unilateralmente pela Administração e por acordo entre as partes.

23) De acordo com o art. 24 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, é dispensável a licitação:

- a) Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- b) Quando não acudirem interessados à licitação anterior, e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- c) Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível como valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- d) Para compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto para a modalidade Convite, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

24) O Município de Abelardo Luz delegou a uma determinada empresa, através do instituto da concessão, a execução de serviços de transporte coletivo urbano. A empresa concessionária descumpriu as cláusulas contratuais, paralisou os serviços e não atendeu a intimação para regularizar a prestação dos serviços. Assinale a alternativa que indica a medida que o poder concedente poderá tomar em razão da inadimplência do concessionário:

- a) Poderá o poder concedente declarar a caducidade da concessão, mediante o devido processo administrativo, observado o contraditório.
- b) Poderá o poder concedente, através da encampação, retomar o serviço, mediante indenização dos prejuízos que efetivamente o ato de império do Poder Público acarretar à concessionária.
- c) Poderá o poder concedente anular o contrato de concessão, sem qualquer indenização à concessionária.
- d) Poderá o poder concedente retomar os serviços através da reversão.
- e) Nada poderá fazer o poder concedente, pois trata-se de contrato administrativo e não pode ser alterado unilateralmente.

25) A Administração Pública é dotada de poderes administrativos, consentâneos e proporcionais aos encargos que lhe são atribuídos. A respeito desses poderes, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Faculdade que a Lei confere à Administração para apreciar os casos concretos, segundo critérios de oportunidade e conveniência, e escolher uma dentre duas ou mais soluções, todas válidas perante o Direito, decorre do poder discricionário.
- b) A faculdade de avocar atribuições decorre do poder hierárquico.
- c) No uso do poder disciplinar a Administração Pública controla o desempenho das funções executivas e a conduta interna de seus servidores.
- d) O poder de polícia é o mecanismo de frenagem que dispõe a Administração Pública para conter os abusos do direito individual, incidindo sobre bens, direitos, atividades e pessoas.
- e) Os poderes administrativos são distintos dos poderes políticos.

26) Quanto aos servidores públicos, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Os empregados públicos, também chamados de "celetistas", ocupam cargo público e não adquirem a estabilidade constitucional.
- b) Ocorrendo a extinção de cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor público estável no seu cargo ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- c) As funções permanentes da Administração só podem ser desempenhadas pelos titulares de cargos efetivos, e as transitórias, por servidores designados, admitidos ou contratados precariamente.
- d) O servidor estável pode ser exonerado "ad nutum".
- e) A estabilidade é um atributo pessoal do servidor, enquanto a efetividade é uma característica do provimento de certos cargos.

27) Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis, também, aos estrangeiros, na forma da lei.
- b) A administração pode suprimir, transformar e alterar os cargos públicos ou serviços independentemente da aquiescência de seu titular.
- c) É garantido ao servidor público o direito à livre associação sindical.
- d) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá o critérios de sua admissão.
- e) Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo investido no mandato de Prefeito, caberá o afastamento da função e supressão obrigatória de sua remuneração.

28) A intervenção do Poder Público na propriedade particular pode ter fundamento na necessidade ou utilidade pública, ou no interesse social. São meios específicos de intervenção na propriedade privada, exceto:

- a) Desapropriação.
- b) Servidão administrativa.
- c) Requisição.
- d) Ocupação temporária.

e) Retrocessão.

29) É o contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui a utilização exclusiva de um bem de seu domínio a particular, para que o explore segundo sua destinação específica.

Assinale a alternativa que indica o instituto a que se refere o enunciado acima.

- a) Concessão de uso.
- b) Concessão de direito real de uso.
- c) Cessão de uso.
- d) Permissão de uso.
- e) Autorização de uso.

30) Assinale a opção **incorreta**:

- a) De acordo com o regime da responsabilidade civil do Estado é inadmissível o pagamento amigável dos danos causados pela Administração Pública ao particular.
- b) Para obter a indenização do dano causado pela Administração Pública a terceiros necessário que o lesado acione a Fazenda Pública e demonstre o nexo causal entre o fato lesivo (comissivo ou omissivo) e o dano.
- c) Absolvido no processo criminal, a Administração Pública pode mover contra o servidor ação regressiva de indenização, e perquirir, ainda, sua culpa administrativa, para efeito de punição funcional.
- d) Tratando-se de responsabilidade subjetiva contratual, a responsabilidade do agente pode subsistir mesmo nos casos de força maior e de caso fortuito, desde que a lei não coíba a sua previsão.
- e) A possibilidade de redução do montante da indenização em face do grau de culpa do agente estabelecida no Código Civil, não se aplica às hipóteses de responsabilidade objetiva.

31) Analise os itens abaixo:

I - Qualquer cidadão, em pleno gozo de seus direitos políticos, pode propor ação popular para invalidar atos ou contratos administrativos ilegais ou lesivos ao patrimônio do Município.

II - As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

III - Os sindicatos, quer sejam patronais ou representativos dos empregados, podem ser considerados sujeitos passivos imediatos dos atos de improbidade pelo simples fato de serem os destinatários finais dos recursos angariados com as denominadas "contribuições sindicais".

IV - A disciplina do lapso prescricional para as ações de improbidade administrativa variará conforme o vínculo com o Poder Público. Em se tratando de

vínculo temporário (mandato, cargo em comissão e função de confiança) o lapso prescricional somente começará a fluir a contar sua dissolução.

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Estão corretos os itens I, II, III e IV.
- b) Estão corretos somente os itens I, II, e III.
- c) Estão corretos somente os itens I, II e IV.
- d) Estão corretos somente os itens I e II.
- e) Está correto somente o item I.

32) Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A desapropriação se consuma quando ocorre o pagamento da indenização, pois, até o pagamento, o Poder Público pode desistir da desapropriação.
- b) A declaração expropriatória pode ser feita por decreto.
- c) A desapropriação de área para construção de casas populares pelo Poder Público tem fundamento na desapropriação por utilidade pública.
- d) Os bens públicos são passíveis de desapropriação pelas entidades estatais superiores desde que haja autorização legislativa para o ato expropriatório, observada a hierarquia política entre estas entidades.
- e) No prazo de um ano da caducidade da declaração expropriatória é permitido renovar a declaração, em qualquer uma das hipóteses, necessidade pública ou interesse social.

33) Quanto ao mandado de segurança, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Sem prejuízo do agravo de instrumento, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o advogado público pode apresentar perante o Presidente do tribunal, ao qual couber, o conhecimento do respectivo recurso, pedido de suspensão da segurança.
- b) O mandado de segurança coletivo induz litispendência para as ações individuais que tenham o mesmo objeto.
- c) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- d) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- e) Os efeitos da liminar, salvo se revogada ou cassada, persistirão até a prolação da sentença.

34) Analise os itens abaixo:

I) Na hipótese da terceirização de serviços pela administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da empresa empregadora contratada implica a responsabilidade solidária do órgão tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações.

II) Se na audiência trabalhista as partes estiverem presentes são intimadas da sentença na própria audiência; porém, se ausentes ou sendo revel o réu, todos serão intimados por carta com aviso de recebimento.

III) Na Justiça do Trabalho estão excluídos do procedimento sumaríssimo os dissídios individuais em que a parte é a Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional.

Assinale a alternativa que indica todos os itens **corretos**.

- a) É correto apenas o item I.
- b) É correto apenas o item II.
- c) É correto apenas o item III.
- d) São corretos apenas os itens I e II.
- e) São corretos apenas os itens II e III.

35) Assinale a alternativa **incorreta** tendo em vista o disposto na Lei no 6.830, de 22.09.1980, que trata da execução fiscal:

- a) Não ocorrendo o pagamento nem a garantia da execução legalmente prevista, a penhora poderá recair em qualquer bem do executado, exceto, unicamente, os bens e rendas que a lei declara absolutamente impenhoráveis.
- b) A dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez. A presunção de certeza e liquidez é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou terceiro, a quem aproveite.
- c) Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.
- d) A Dívida Ativa da Fazenda Pública compreende apenas a dívida tributária.
- e) O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.

36) Assinale a alternativa correta de acordo com as disposições do Código Tributário Nacional. A ação para cobrança de crédito tributário:

- a) É imprescritível.
- b) Prescreve em quinze anos, contados da data do fato gerador.
- c) Prescreve em cinco anos, contados da data da ocorrência do fato gerador.
- d) Prescreve em dez anos, contados da data de sua constituição definitiva.
- e) Prescreve em cinco anos, contados da data de sua constituição definitiva.

37) Assinale a alternativa **incorreta** de acordo com as disposições do Código Tributário Nacional:

- a) Lançamento por declaração é aquele feito em face de declaração fornecida pelo contribuinte ou por terceiro, quando um ou outro presta à autoridade administrativa informações quanto à matéria de fato indispensável à sua efetivação.
- b) A transação é modalidade de extinção do crédito tributário.
- c) O parcelamento é modo de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

d) O fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

e) O título executivo que lastreia a propositura da competente ação de execução fiscal denomina-se Certidão negativa.

38) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, são condições para a concessão à destinação de recursos públicos para o setor privado, exceto:

a) Autorização em Lei específica.

b) Previsão em Orçamento ou em Créditos Adicionais.

c) A transferência de recursos às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo ou de cooperação técnica.

d) Atender às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

e) A previsão na LDO e LOA atendem às exigências legais, não sendo necessário Lei específica.

39) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, são despesas **não** consideradas na apuração da Despesa Total com Pessoal:

a) Despesas relativas a incentivos à demissão voluntária.

b) Encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

c) Subsídios de ocupantes de mandatos eletivos (prefeito, vice-prefeito, vereadores, deputados, governador, vice-governador).

d) Pessoal admitido em caráter temporário, qualquer que seja a natureza da atividade a ser desenvolvida.

e) Contratação de mão-de-obra (pessoal) direta ou indiretamente, para a execução de atividades públicas que correspondam a atuação de servidores públicos, caracterizando substituição.

40) A Lei de Responsabilidade Fiscal determina os casos em que se faz necessária a elaboração da estimativa do impacto orçamentário-financeiro. Em qual dos casos abaixo elencados não é necessária a elaboração desta estimativa?

a) Criação, Expansão ou Aperfeiçoamento de Ação do Governo.

b) Criação ou aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado.

c) Revisão Geral Anual da remuneração dos servidores.

d) Renúncia de Receita.

e) Assunção, Reconhecimento ou Confissão de Dívida.